

A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM TEMPOS DE PRIVATIZAÇÃO E GOLPE

LA EDUCACIÓN DEL CAMPO EN TIEMPO DE PRIVATIZACIÓN Y GOLPE

Júlia Cecília de Oliveira Alves Ribeiro¹
Daniela Oliveira Vidal da Silva²
Elisângela Andrade Moreira Cardoso³
Cláudio Pinto Nunes⁴

Resumo

Este artigo objetiva apresentar uma análise sobre o contexto recente da educação brasileira, em especial da educação do campo, no âmbito político e econômico marcado por uma conjuntura de privatizações e golpe de Estado. O texto aborda a temática utilizando a perspectiva do Materialismo Histórico Dialético para explicitar os conceitos de Educação, Privatização e Golpe, que são centrais neste estudo. Por fim, destaca a importância da atuação dos docentes, dos movimentos sociais, inclusive sindicatos, na resistência e luta contra a perda de direitos e o desmonte da democracia brasileira.

Palavras-Chave: Educação. Educação do Campo. Privatização. Golpe.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar un análisis sobre el contexto reciente de la educación brasileña, en especial de la educación del campo, en el ámbito político y económico marcado por una coyuntura de privatizaciones y golpe de Estado. El texto aborda la temática utilizando la perspectiva del Materialismo Histórico Dialético para explicitar los conceptos de Educación, Privatización y Golpe, que son centrales en este

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Especialista em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Graduada em Pedagogia pela UESB. Professora da rede pública municipal de Dário Meira-BA. Contato: juliaailicec@hotmail.com

² Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Especialista em Educação Inclusiva e em Psicologia da Educação, Graduada em Pedagogia pela UESB. Contato: danielaovdasilva@gmail.com

³ Mestre em Docência Universitária pela Universidade Tecnológica Nacional de Buenos Aires (UTN/AR), Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Especialista em Gestão Educacional pela Faculdade Internacional do Delta (FID), Especialista em Cooperativismo Educacional pela Faculdade Nossa Senhora de Lourdes (FNLS), Especialista em Docência Universitária pela UTN/AR e em Psicologia da Educação pela Faculdade Juvêncio Terra (FJT), Graduada em Letras pela Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES), Graduada em Pedagogia com Habilitação em Gestão Escolar pela UESB. Professora da rede municipal de ensino de Vitória da Conquista, BA. Contato: elisangelajgela@gmail.com

⁴ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Pós-Doutor pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Professor Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), docente do Programa de Pós-Graduação em Educação. Contato: claudionunesba@hotmail.com

estudio. Por último, destaca la importancia de la actuación de los docentes, de los movimientos sociales, incluso sindicatos, en la resistencia y lucha contra la pérdida de derechos y el desmonte de la democracia brasileña.

Palabras-Chave: Educación. Educación del Campo. Privatización. Golpe.

Introdução

O presente texto busca analisar o contexto da educação do campo em tempos de privatização e golpe, discutindo este tema tão relevante no atual e conturbado momento político que o Brasil está vivendo.

Para tanto, faz-se necessário salientar dois conceitos da teoria Marxista, *aparência* e *essência* no movimento histórico. Segundo Taffarel (2018), *aparência* é como a realidade se apresenta e, por vezes, provoca interpretações controversas dos fatos, pois a realidade é falsa em sua aparência. Para não incorrer neste erro, precisamos buscar a *essência*, pois esta representa os nexos da realidade e revela a forma como ela foi construída e as contradições desse processo.

Nesta perspectiva, não podemos analisar as transformações que vêm acontecendo na educação brasileira, tanto no que se refere aos avanços nas proposições de políticas públicas educacionais do campo e as mais gerais desde o início dos anos 2000 até 2015, como também as novas resoluções, emendas e cortes em programas sociais, principalmente os educacionais, a partir de 2016, após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

É importante destacar que muitas das alterações nas políticas públicas implementadas recentemente têm ocorrido sem levar em consideração a conjuntura de políticas de ação afirmativas desenvolvidas no país durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Isso tem impacto não apenas nas questões relativas à economia, mas também na cultura de assistência social e distribuição de renda praticada durante os dois citados governos.

Evidentemente que se trata de um campo marcado por perspectivas de governo em se encontram em disputa. Não se trata apenas de uma disputa momentânea e transitória, mas de uma realidade secular marcada por contradições expressivas em se tratando de um país que não se configura entre os países pobres do mundo, mas que

apresenta situações de flagrante presença de segmentos sociais desprovidos de condições mínimas de dignidade para realizarem seus projetos de vida.

Trata-se, pois, de um país em que a riqueza e a pobreza circulam pela mesma avenida sob o olhar tranquilo e despreocupado da maioria da população, tendo em vista que isto é algo pacificamente aceito por grande parte da população.

Considerando as políticas públicas para assegurar as condições mínimas de cidadania (ou a falta delas), a realidade que se apresenta hoje é de retrocessos graves no campo das políticas sociais, principalmente nas educacionais. Por esta razão, tal realidade precisa ser estudada profundamente para compreendermos a essência, as motivações e as consequências das medidas adotadas no caso em questão.

Seguindo esta premissa, este texto se baseará em categorias ligadas ao Materialismo Histórico Dialético, como realidade, possibilidade e contradição por serem as que mais se adequam à proposta deste trabalho que é analisar o contexto da Educação do Campo em tempos de mudança nas políticas de governo, cujos conceitos centrais perpassam pela Educação, Privatização e Golpe.

O conceito de Educação e os desdobramentos da Educação do Campo

De acordo com Taffarel (2018), a educação é uma política cultural que atinge uma sociedade e dá rumo a um projeto de vida; existem muitas outras visões e definições acerca desse conceito, cada uma delas atende a um arcabouço teórico e é determinado pelo método que o estuda. Seguindo a base epistemológica do Materialismo Histórico Dialético, Saviani (1984) afirma que:

A compreensão da natureza da educação enquanto um trabalho não-material cujo produto não se separa do ato de produção nos permite situar a especificidade da educação como referida aos conhecimentos, ideias, conceitos, valores, atitudes, hábitos, símbolos sob o aspecto de elementos necessários à formação da humanidade em cada indivíduo singular, na forma de uma segunda natureza, que se produz, deliberada e intencionalmente, através de relações pedagógicas historicamente determinadas que se travam entre os homens. (SAVIANI, 1984, p. 19).

Observa-se que na visão de Saviani não é a consciência humana que determina o homem, e sim as relações travadas entre eles que produzem a formação da humanidade, com seus valores, ideias, hábitos dentro de cada indivíduo. Isto é educação.

Corroborando com esta ideia, Zanlorenzi (2015) afirma que:

Para acontecer a formação que leve o indivíduo a compreender a realidade em que vive e saiba interpretar as relações que se dão nesta, se faz necessário pensar a educação para além da transmissão de conteúdos, mas que forme realmente consciência, que este sujeito saiba interpretar a realidade em que vive, reconheça-se como sujeito histórico e conhecedor da possibilidade de outras formas de organização social. (ZANLORENZI, 2015, p. 123).

Estes conceitos de educação nos permitem compreender quão importante ela é na manutenção ou no rompimento de uma determinada cultura, de modos de vida, ou de ideias e atitudes que acompanham um determinado povo. Isso ajuda a explicar o porquê de alguns países darem tanta importância aos processos educativos como elementos de formação humana, enquanto outros a utilizam apenas como meio de perpetuar a exploração e a subserviência de determinado grupo ou classe.

Em países que passaram pelo processo de colonização e de exploração, como é o caso do Brasil, é muito comum que as escolas sejam reforçadoras da cultura da submissão e do distanciamento entre as classes. De acordo com Taffarel (2018), o início da Educação no Brasil se deu com a chegada dos portugueses, que aqui instalaram o modo de produção escravista e, por sua vez, exigia uma educação que o mantivesse forte e permitisse a subserviência dos mais fracos.

Bruno (2011, p. 558), ao se manifestar sobre a atuação das escolas no mundo capitalista, alega que “quando se diz que a escola não ensina, ou ensina muito pouco para essas populações, talvez tenhamos que reconhecer que nem toda escola no capitalismo contemporâneo existe primordialmente para ensinar, existe antes para disciplinar e controlar comportamentos”.

Essa é a justificativa da autora para explicar que a formação educacional da classe trabalhadora tem se reduzido a assegurar o controle social dos jovens e impor trabalho aos alunos. Nessa perspectiva, esta autora afirma, ainda, que, “consequentemente, o aumento da produtividade dos processos formativos passou a ser uma questão de

sobrevivência do capitalismo, tendo em vista reduzir o valor da reprodução da classe trabalhadora, especialmente das novas gerações” (BRUNO, 2011, p.558).

Mészáros (2011), ao tratar das consequências do capitalismo para a sociedade e, conseqüentemente, para a educação, assegura que:

Sob as condições de crise estrutural do capital, seus constituintes destrutivos avançam com força extrema, ativando o espectro da incontrolabilidade total numa forma que faz prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral. (MÉSZÁROS, 2011, p. 100).

Essa informação coaduna com Taffarel (2018), quando esta autora afirma que o capitalismo existe há mais de quatrocentos anos e ele tem sobrevivido às crises. Para manter seu controle e superar cada crise que atravessa, ele se reinventa e provoca reajustes estruturais que destroem a soberania, a democracia, os direitos dos trabalhadores e os programas sociais, ou seja, o capital expressa seu caráter sociometabólico (MÉSZÁROS, 2011).

O que se pode observar é que, quanto mais o capital se expande, mais aumenta a subordinação da educação escolar para atingir seus fins. A escola, que há tempos servia para o desenvolvimento intelectual da classe dominante, abrangeu também os filhos da classe trabalhadora, não para o crescimento e autonomia intelectual destes, mas para atender às necessidades de certas especificidades e às novas estratégias de controle, que incluem formar mão de obra, muitas vezes, às custas do Estado, mas para preparar trabalhadores para atuarem nos setores privados.

É nesse contexto de controle do capital que a educação está inserida no Brasil, especificamente a Educação do Campo. Taffarel (2018) trata dessa modalidade com muita propriedade e com conhecimento de causa, pois estuda esta temática há muitos anos e participou da instalação do projeto piloto da Escola da Terra, um Programa do Ministério da Educação que se caracteriza por promover a formação continuada de professores para atuarem, atendendo às necessidades específicas, em turmas multisseriadas, nas escolas do campo e naquelas localizadas em comunidades quilombolas. O referido Programa já formou mais de dois mil professores em nível de especialização em Pedagogia Histórico-Crítica.

Hoje já são mais de quarenta (40) cursos de Educação do Campo no Brasil. Este número não seria suficiente, mas já representa uma conquista para a população camponesa, pois a realidade do campo vem sendo marcada por uma realidade de exclusão desde os tempos da colonização.

Algumas das marcas da Educação do Campo no Brasil são falta de adequação dos conteúdos e métodos à realidade vivida pelos povos camponeses, bem como a estrutura precária e insuficiente, o quadro de funcionários que, muitas vezes, pouco entende da realidade local, o incentivo para que os alunos se desloquem de suas localidades para estudarem na cidade. Resumindo, fica evidente a falta de investimentos públicos nesta modalidade da educação.

É notório que houve avanços nas políticas para a Educação do Campo a partir dos governos Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff e que, a partir de tais avanços começaram a surgir preocupações com as comunidades do campo. Neste período, o MEC passou a desenvolver Programas que abarcassem as escolas rurais, dentre eles o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), os quais envolvem apoio financeiro e técnico, além de várias ações que visam desde a formação de professores até a manutenção das escolas e transporte para os alunos camponeses.

Ao falar dos avanços das políticas, podemos destacar que boa parte das políticas públicas resultam da correlação de forças entre a sociedade e o Estado. A sociedade, entendida como coletivos de pessoas que se organizam em torno de uma problemática específica, pode também constituir movimentos sociais organizados formalmente, os quais Santos (2016) denomina Movimento Social como a organização e mobilização de um sujeito coletivo ao lutar por demandas sociais em benefício de uma coletividade. Santos (2017), em outro momento, explica que, com alguns avanços na legislação, o Movimento Sem Terra (MST) passou a discutir qual escola era necessária ao campo e pensada para e pelos camponeses. Os debates se espalharam pelo Brasil, através de encontros e conferências, alguns com a participação de entidades internacionais, da sociedade civil e de órgãos do Governo. A mesma autora (2017) afirma que o que motivou esses encontros foi a luta por uma educação igualitária que fosse garantida às populações do campo e que as experiências político-pedagógicas acumuladas por estes sujeitos fossem reconhecidas.

Como fora mencionado, as lutas dos Movimentos Sociais repercutiram em resultados positivos para a Educação do Campo. No entanto, ainda há muito que lutar, pois, com o avanço do agronegócio, muitos Movimentos Sociais do campo têm se rendido a ele, através do que Santos (2016) denominou “reforma agrária do consenso”, referindo-se às parcerias contraditórias entre os Movimentos Sociais e as empresas do agronegócio, mediadas pelo Estado, nas quais os movimentos se comprometem a não invadir terras dessas empresas, em troca de investimentos em projetos, inclusive educacionais, nas suas áreas e trabalho para seus integrantes.

Percebe-se nesta situação, em particular, o avanço do capital por meio do crescimento das empresas e, concomitantemente, o aumento da subordinação e da exploração da classe trabalhadora, que aceita, inclusive, escolas construídas e mantidas pela iniciativa privada, com projetos politico-pedagógicos orientados por esta.

Freitas (2014) esclarece tal fato afirmando que:

O que motiva, portanto, esta nova investida dos empresários é resolver a contradição entre a necessidade de padronizar e liberar um pouco mais de acesso ao conhecimento sem com isso perder o controle político e ideológico da escola. E, neste sentido, consideram a si mesmos a própria solução do problema: nada melhor do que eles próprios assumirem a direção do processo educativo. (FREITAS, 2014, p.1091)

Tal situação é o reflexo do que podemos chamar de *privatização da educação*. Nesse sentido, há que se fazer uma análise atenta aos elementos que constituem e que estão por trás da ideia de privatização.

Tempos de Privatização

Para conceituar o termo “privatização”, adotaremos o viés de que privatizar é o mesmo que colocar sobre domínio particular aquilo que é público, quer seja através da venda da coisa pública ou por concessões. A origem da propriedade privada se deu quando o homem começou a desenvolver a agricultura, delimitar seu espaço de produção, o que ocasionou a disputa pelos espaços e tempos, depois a instalação dos Reinos e Estados. Os Estados executam, legislam e instituem a justiça que serve para proteger a propriedade privada.

Segundo Taffarel (2018), somos servos de um Estado que nos escraviza para proteger a propriedade privada. Esta forma de governo promoveu, segundo Marx, a divisão da sociedade “em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado” (MARX; ENGELS, 1989, p. 366). No prefácio do Manifesto do Partido Comunista (MARX; ENGLES, 1998, p. 7), Engels explica:

Portanto, toda a história da sociedade, desde a dissolução do regime primitivo da propriedade coletiva sobre o solo, tem sido uma história de lutas de classe, de lutas entre classes exploradoras e exploradas, dominantes e dominadas, segundo as diversas fases do progresso social.

Seguindo esta lógica, é possível perceber que vivemos sob o domínio do capital, e este possui três elementos estruturais: o estado burguês, a família burguesa e a iniciativa privada. Estes três elementos se unem com o propósito de obter lucro e explorar o proletariado. Ao incluir o Estado nos elementos do capitalismo, percebemos, muitas vezes, que o Estado trabalha para proteger os interesses da burguesia, fato comprovado pelo crescimento da iniciativa privada que tem o Estado como grande promotor.

Assim, o que se observa é a prática de gestão em que se coloca sob o domínio particular aquilo que é público e aquilo que deveria ser público, de modo que o Estado se abstém de oferecer/promover o gerenciamento do bem público e transfere esta tarefa para a iniciativa privada, seja por meio da efetiva privatização ou pela concessão da gestão dos setores de propriedade do Estado.

Desse modo, o Estado pode vender o que é público; pode conceder à iniciativa privada gerir o que é público, a exemplo do que vem ocorrendo com rodovias e aeroportos, que continuam sendo propriedade do Estado, mas passam a ser gerenciadas por empresas.

Talvez uma das formas mais utilizadas para promover a privatização seja exatamente a omissão do Poder Público em relação a segmentos do serviço público ou a prestação de serviços de qualidade inferior, de modo que a iniciativa privada se apresenta como uma alternativa de prestação do mesmo serviço com qualidade e rapidez. Nesse caso, o que ocorre não é a privatização explícita de que é público, mas o favorecimento da expansão do público, quando o campo ou o segmento fica livre para a exploração pelo capital.

Decorre disso a compreensão do motivo porque, cada vez mais, grandes empresas (ou o capital), inclusive internacional, buscam inserir na gestão da parte pública, por meio do financiamento de campanhas eleitorais ou mesmo o próprio empresariado que se candidata a cargos do executivo ou do legislativo, nas diferentes esferas do governo, e, efetivamente, assume a gestão dos setores públicos e desenvolve uma política de interesse privado.

Fazendo uma retrospectiva ao governo de Fernando Henrique Cardoso, observamos que naquele período houve uma intensificação no processo de privatizações, com Bresser Pereira, então Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, que deu início ao plano de transferir para organizações privadas “sem fins lucrativos” os grandes serviços sociais e científicos. Peroni, Pires e Rossi (2017) asseveram que

Nesse contexto, cresceu a presença do setor privado nas políticas sociais e, em especial, na educação, tanto através da direção quanto da execução direta. Em parte, pelo diagnóstico de que um Estado em crise não deve executar diretamente as políticas, repassando para o mercado ou para instituições do terceiro setor, ou vinculado ao mesmo diagnóstico, com a crise do Estado, o mercado passa a ser parâmetro de qualidade e quem define a direção e o conteúdo da educação. (PERONI; PIRES; ROSSI, 2017, p. 83).

Harvey (2008), tratando do neoliberalismo, modelo que defende a liberdade de mercado e uma restrição à intervenção do Estado sobre a economia, afirma que as Organizações Não-Governamentais (ONGs) surgiram para preencher o espaço deixado pelo Estado na garantia de direitos e caracterizar o que ele chamou de privatização via ONG.

Contrariando o regime democrático e as obrigações do Estado na garantia das políticas públicas, essas instituições, na perspectiva do referido autor, forjam uma prestação de serviços voltada aos interesses da população, mas que, na verdade, atende aos seus próprios interesses. A este respeito, Harvey argumenta que

As ONGs não são organizações inerentemente democráticas. Tendem a ser elitistas, a não dar satisfação a ninguém (a não ser a quem as financia) e, por definição, são distantes daqueles a quem buscam ajudar ou proteger, por mais bem intencionadas e progressistas que possam ser. Costumam esconder sua pauta de interesses e preferem a negociação direta com o Estado e o poder de classe, ou a influência sobre eles costumando antes controlar sua clientela do que representá-la. Alegam e

presumem falar em favor daqueles que não podem falar por si mesmos, e até definem os interesses daqueles em cujo nome falam – como se as pessoas não pudessem elas mesmas fazê-lo. (HARVEY, 2008, p. 190-191).

Quanto à Educação do Campo, voltamos à situação da Reforma Agrária do consenso em que percebemos mais um modelo de privatização da educação, que talvez seja até mais danosa do que as citadas anteriormente, pois, conforme o exemplo da Escola Popular de Agroecologia e Agroflorestas, Egídio Brunetto apontado por Santos (2016, p. 177), “a gestão educacional do MST encontrará desafios para implementar a proposta de educação emancipatória de enfrentamento ao capital num espaço no qual este sistema diz que financia e é parceiro.” Esta escola é apenas um exemplo de como as privatizações têm adentrado os espaços educativos das comunidades camponesas e quilombolas, fazendo o que era dever do Estado e ao mesmo tempo impondo sua ideologia e, conseqüentemente, enfraquecendo os movimentos sociais. Santos (2016) enfatiza que

O sistema capitalista propõe uma educação fragmentada, na qual a intenção é formar um indivíduo que esteja apto para assumir competências para o mercado. Assim, não haverá desenvolvimento integral para a humanização das pessoas, e sim para a alienação, como nos antecipou Marx. (SANTOS, 2016, p. 177).

A privatização da educação, como um processo de transferência de responsabilidades do setor público para o privado, é operacionalizada, segundo Adrião, em diferentes contextos:

[...] pela transferência da gestão educacional pública para o setor privado, cooperativo ou não, pela transferência da elaboração e gestão dos currículos escolares para corporações privadas ou para setores autoproclamados “não lucrativos” e ainda pelo aprofundamento da privatização da oferta educacional por meio da ampliação de políticas de *choice*. (ADRIÃO, 2016, p.1).

Todas estas formas de privatização atingem a educação brasileira, inclusive a educação do campo, e, atualmente, suas marcas têm sido mais fortes nas mudanças que vêm ocorrendo nas leis, resoluções e políticas públicas. Segundo Freitas (2014), os reformadores educacionais criam um discurso de fracasso da educação e culpabilizam a escola por este fracasso respaldados pelos baixos índices nas avaliações externas, e apontam como solução reformas educacionais baseadas na gestão empresarial, que,

segundo eles, é mais eficiente e produz melhores resultados. A reforma do ensino médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) são exemplos desta interferência nos rumos que a educação brasileira tem tomado.

Como se não bastasse o problema das privatizações, lidamos ainda com a quebra do regime democrático no Brasil, a partir de 2016. A burguesia, amparada por setores da sociedade como parlamentares e a mídia, e movida pelos mesmos interesses de acumulação do capital que sempre tiveram insatisfeitos com a ascensão social das camadas populares nos últimos anos, tentaram da forma mais antidemocrática superar mais uma crise, usando como estratégia a destituição de Dilma Rousseff da Presidência, eleita por mais de 54 milhões de votos. Além de privatizações, vivemos ainda tempos de golpe!

Tempos de Golpe

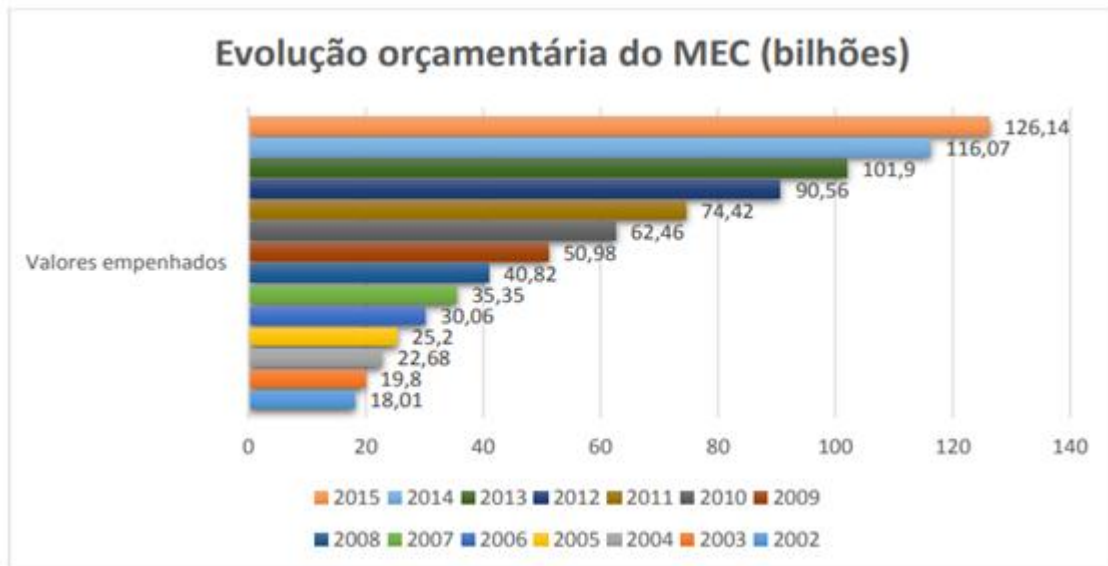
A elite e a burguesia brasileira, que sempre comandaram o país, tentaram a todo custo impedir que partidos com orientação socialista ou que fossem formados por representantes da classe trabalhadora chegassem ao poder, justamente por saber que seu projeto de dominação e exploração estaria em risco. O Partido dos Trabalhadores (PT) foi o que mais se destacou na luta contra essa forma de dominação. Em 1980, o partido publicou:

Os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a Nação é o povo e, por isso, sabem que o país só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras. É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade, o que só será possível quando se criarem condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões dos seus rumos. Por isso, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social. O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1980, p. 2).

Em 2002, o PT conseguiu eleger o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva e este tentou implantar programas sociais que favorecessem tanto a classe trabalhadora como as minorias existentes no país. No contexto da Educação, houve melhorias

consideráveis que se traduzem em números: o investimento em educação saltou de 18,01 bilhões em 2002, para 126,14 bilhões, em 2015 (COSTA, 2017), como mostra o Gráfico a seguir:

Figura 01 – Investimento em educação nos governos do PT



Fonte: Ministério da Educação

A população compreendeu as mudanças implementadas pelo PT como relevantes para a constituição de um modelo de gestão pública que fosse favorável às diferentes camadas da população. Como decorrência disso, o Partido conseguiu vencer mais três eleições.

Embora as conquistas da classe trabalhadora tenham sido visíveis, o Partido dos Trabalhadores, devido à incontabilidade do capital, como cita Mészáros (2011), cedeu às negociações com as grandes empresas e com a burguesia, que também recebeu grandes benefícios nestes governos. Com a crise que afetou todo o mundo, o sistema capitalista precisava mais uma vez se reestruturar e o governo do PT já não atendia às pretensões do capital.

Entretanto, embora houvesse a incompatibilidade entre o modelo de gestão do PT e as demandas do capital, o que se registra é que em 2014 o Partido foi eleito para um quarto mandato sobre sua responsabilidade. Tem-se, assim, uma contradição que o grande capital não mais aceitava. De uma lado existia um modelo de gestão que não servia ao capital (apesar das várias interlocuções com este por meio de negociações com o setor privado); de outro lado, ainda em 2014 houve a eleição do modelo vigente,

encabeçado pelo PT, para mais um mandato que se estenderia de 1º janeiro de 2015 a 1º de janeiro de 2019. Desse modo, ou se esperaria mais quatro anos para mudar de modelo de gestão via eleição, ou se tomaria o poder pela via antidemocrática.

É neste contexto que corre o “Golpe”. De acordo com Saviani (2017), um golpe de Estado se efetivou no Brasil quando o mecanismo do *impeachment* foi usado sem as condições previstas para o tornarem legal. Segundo o autor supracitado,

[...] quando esse mecanismo é acionado como pretexto para derrubar um governo democraticamente eleito sem que seja preenchida a condição que a Constituição prescreve para que se acione esse mecanismo, ou seja, a ocorrência de crime de responsabilidade, então não cabe tergiversar. (SAVIANI, 2017, p. 217).

Nesse cenário de desarticulação política, Antunes (2017) acredita que

Como o *impeachment* está previsto na Constituição do país, gestou-se a “alternativa ideal”: deflagrar um golpe com aparência legal, constitucional. Um golpe que, contando com o decisivo apoio da grande mídia dominante, assumiu a feição de um não-golpe. Não um golpe militar, como em 1964, mas um golpe de novo tipo, forjado pelo pântano parlamentar que, até poucos dias atrás, era parte da base aliada que dava sustentação aos governos Lula e Dilma. (ANTUNES, 2017, p. 53).

Como se pode observar, o Parlamento Brasileiro foi decisivo para que o golpe ocorresse. Embora a mídia brasileira e o Poder Judiciário tenham sua parcela de contribuição neste processo, o Poder Legislativo parlamentar foi o instrumento, o parceiro do capital, já que trabalha em seu favor, para consumir o golpe e montar uma nova estrutura de poder que estivesse sob seu controle. Mészáros (2017) reforça esta ideia ao alegar que

O capital é a força extraparlamentar *par excellence*, cujo poder de controle sociometabólico não pode ser politicamente constrangido pelo Parlamento. Essa é a razão pela qual a única forma de representação política compatível com o modo de funcionamento do capital é aquela que efetivamente nega a possibilidade de contestar seu poder material. E é por ser a força extraparlamentar *par excellence* que o capital nada tem a temer das reformas promulgadas no interior da sua estrutura política parlamentar. (MÉSZÁROS, 2017, p. 45).

É preciso prestar atenção ao fato de que o Brasil, depois do golpe, vive um estado de exceção. Antunes (2017) concorda com esta afirmação, quando afirma que:

[...] nossa América Latina precisará intensificar a resistência diante desta esdrúxula fase que pode ser caracterizada como estado de direito de exceção. Para o qual, tristemente, nosso continente tem longa experiência e tradição. E o Brasil também, desta vez, com o golpe parlamentar que levou Temer à presidência da República. (ANTUNES, 2017, p. 60).

Após o golpe, o vice-presidente Michel Temer assumiu o poder, tomou inúmeras medidas as quais não faziam parte do projeto de governo do qual ele era o vice, e aprovou várias reformas que encontravam assento no projeto de governo da chapa derrotada na eleição de 2014, ou seja, o projeto contrário àquele do qual o próprio Michel Temer era defensor. Tais reformas afetaram a vida do trabalhador, como a Reforma Trabalhista, além de prejudicar ainda mais a educação. O Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014, como Plano que unifica as demais leis, decretos e resoluções acerca da educação brasileira, ficou seriamente ameaçado. O então presidente Michel Temer, indo de encontro à proposta deste Plano que previa um aumento progressivo nos repasses para a educação, propôs (e foi aprovada) em 2016 a PEC do Teto dos Gastos, por meio da Emenda Constitucional nº 95/2016, a qual congela os gastos com a educação e outros setores por 20 anos, além de cortar verbas em 2017 para o financiamento da Educação Básica e Superior e vetar a prioridade que estava prevista para o PNE em 2018, por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nº 13.473/2017, dentre outras medidas que também comprometem a Educação e demais setores da sociedade.

A crise política, econômica e social que o país vive atualmente é fruto de um problema maior, o modelo de produção capitalista, que é por natureza excludente e que tenta a todo custo retirar do trabalhador tudo que por ele é produzido e conquistado.

As palavras de Malanhen e Santos (2017) resumem esta situação:

No rugir dessa tempestade, os direitos sociais como saúde, educação, emprego, renda, previdência social, foram surrupiados pelos interesses do capital, que de tempos em tempos, encontra, em suas crises cíclicas, a resposta mais ajustada para continuar esse modelo de sociedade excludente. Não é nova tal estratégia. No entanto, é preciso reiterar que esses períodos de crise política e econômica, são resultantes de um processo muito mais amplo e complexo do capitalismo financeiro, que “acostumado” a acumular, não aceita a divisão da produção social do trabalho. (MALANCHEN; SANTOS, 2017, p. 188).

Este é um momento, portanto, de uma investida muito grande contra a democracia, contra os direitos dos brasileiros, contra a melhoria das condições básicas de

vida dos trabalhadores, e, assim como o capital se reinventa e tentar sucumbir tudo que já conquistamos, precisamos também reinventar nossa forma de resistir e lutar contra toda forma de manipulação, exploração e exclusão a que temos sido submetidos cada dia mais fortemente.

Algumas considerações

Buscamos, através deste texto, chamar a atenção para a problemática que tem sido a educação, em especial a Educação do Campo, num contexto de privatizações e de golpe de estado e ao mesmo tempo tentar deixar claros os principais conceitos que o fundamentaram, pelo olhar do Materialismo Histórico Dialético.

A luta pela Educação do Campo não pode ser desvinculadas da luta geral pela educação pública. Assim como o capital age de forma articulada, tentando englobar todos os setores sociais aos seus interesses, a especificidade das lutas pela Educação do Campo deve ser mantida sem, no entanto, estar à parte das lutas mais amplas pelo cumprimento das leis que amparam a educação para todos.

A produção científica, decorrente do debate acadêmico, que expõe as evidências do golpe representa uma forma de resistência à realidade que nos está sendo imposta. É imperativo deixar claro que não compete às pessoas que promovem a formação de outras, o conformismo diante de uma situação de perda de direitos. Não podemos ser indiferentes diante de tal fato e precisamos nos posicionar e assumir uma atitude de luta política para impedir que retrocessos como os que estão acontecendo continuem a ocorrer.

É importante salientar a importante função que os Movimentos Sociais desempenham na resistência e na luta por melhores condições de vida, pelo cumprimento dos direitos e contra o desmonte da democracia brasileira. Reforçamos, ainda, o papel dos sindicatos no desenvolvimento de um sistema de proteção do trabalhador e de convocação destes para apoiar a luta pela garantia do direito à educação de qualidade e universalizada e da retomada da democracia.

Além de tratar da realidade que estamos vivendo, é preciso que, enquanto trabalhadores, antes mesmo de buscarmos as estratégias para lutar, pensemos qual é o projeto de sociedade que desejamos. Definido qual é o projeto, chega a hora de

colocarmos em prática, tanto no enfrentamento das situações que se apresentam agora de privatização da educação e de golpe de Estado, como através da nossa atuação como educadores. Precisamos, nas escolas e universidades em que trabalhamos, tentar desenvolver uma educação emancipatória que forme pessoas que tenham consciência da realidade e de seu papel na conquista de seus direitos e na permanência destes, promovendo um pensamento de unidade como trabalhadores para que, por fim, juntem-se a nós na luta contra os mecanismos de exploração e dominação capitalista.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, Thereza. Privatização da Educação Básica no Brasil: considerações sobre a incidência de corporações na gestão da educação pública. In: ARAÚJO, Luiz; MARCELINO, José (Org.). Público x Privado em tempos de golpe. São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2017.
- ANTUNES, Ricardo. A era das contrarrevoluções e o novo estado de exceção. IN: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes (Org.). **A crise da democracia brasileira** – Volume I – Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.
- BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95 de 15/12/2016**. Altera o ato das disposições constitucionais transitórias, para instituir o novo regime fiscal, e dá outras providências. Brasília, Dezembro, 2016. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=540698&id=14374770&idBinario=15655553&mime=application/rtf.n>> Acesso em: 03 maio 2018.
- BRASIL. **Lei nº 13.473, de 08 de agosto de 2017**. Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências. Brasília, Agosto, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13473.htm> Acesso em 03 maio 2018.
- BRUNO, Lúcia. Educação e Desenvolvimento Econômico no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 nº 48, set.-dez. 2011.
- COSTA, Bruno. **Educação básica: avanços e retrocessos**. Assessoria da Liderança do PT no Senado Federal, Brasília/DF, 2017 Disponível em: https://ptnosenado.org.br/wp/wp-content/uploads/2017/10/educacao_basica_artigo_argumento.pdf Acesso em: 14/06/18.
- FREITAS, Luís Carlos de. Os empresários e a política educacional: como o proclamado direito à educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresariais. **Germinal**, Salvador, v.6, n.1, p. 48-59, jun.2014.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MALANCHEN, Júlia; SANTOS, Silva Alves. O golpe parlamentar de 2016 e o reordenamento da hegemonia burguesa. IN: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes (Org). **A crise da democracia brasileira**. v. I, Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Burgueses e proletários (Manifesto do Partido Comunista). In: FERNANDES, Florestan (Org.). K. Marx, F. Engels: **História**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1989 [1848]. p. 365-375.

MARX, Karl; ENGELS Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução: Antônio Carlos Braga. São Paulo: Escala, 1998.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. Atualidade histórica e ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar. IN: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes (Org). **A crise da democracia brasileira**. v. I, Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). Manifesto de Fundação. Aprovado pelo Movimento Pró-PT, 1980. Colégio Sion, São Paulo, 10 fev. 1980. **Publicado do Diário Oficial da União** em 21 de outubro de 1980. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/manifesto-de-fundacao-do-partido-dos-trabalhadores/>>. Acesso em: 04 maio 2018.

PERONI, Vera Maria Vidal; PIRES, Daniela Oliveira; ROSSI, Alexandre José. Regulamentação do terceiro setor no Brasil e a democratização da educação pública. **Políticas Educativas**. Santa Maria, v. 10, n. 2, p. 81-98, 2017 – ISSN: 1982-3207.

SANTOS, Arlete Ramos dos. **Aliança (neo) desenvolvimentista e decadência ideológica no campo**: os movimentos sociais e a reforma agrária do consenso: Curitiba: CRV, 2016.

SANTOS, Arlete Ramos dos. Educação do campo e agronegócio: território de disputas. **Educação em Revista**, Marília, v.18, nº 2, p. 71-90, jul./dez., 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

SAVIANI, Dermeval. A crise política no Brasil, o golpe e o papel da educação na resistência e na transformação. IN: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes (Org). **A crise da democracia brasileira**. v. I, Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

SILVA, Armando Correa da. As Categorias como Fundamentos do Conhecimento Geográfico. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia. A. (Orgs.). **Espaço Interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986.

Revista Cenas Educacionais, Caetité – Bahia - Brasil, v. 1, n. 1, p. 111-128, jan./jun. 2018.

TAFFAREL, C. N. Z. **A atualidade da Educação do Campo em tempos de privatização e golpe.** Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, 24 de abril de 2018.

ZANLORENZI, Maria Josélia. **Reflexões acerca do Materialismo Histórico Dialético, pesquisa em educação e categorias de análise.** Revista LABOR nº 13, v. 1, 2015.

Recebido em: 02 de maio de 2018
Aprovado em: 21 de junho de 2018

SOBRE OS AUTORES

Júlia Cecília de Oliveira Alves Ribeiro é uma pesquisadora e professora brasileira vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisa Didática, Formação e Trabalho Docente (DIFORT/CNPq). Ela possui experiência em educação, com ênfase educação básica, atuando principalmente nos seguintes temas: formação de professores e trabalho docente.

Daniela Oliveira Vidal da Silva é uma pesquisadora e professora brasileira vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisa Didática, Formação e Trabalho Docente (DIFORT/UESB) e ao Grupo de Pesquisa em Administração Política (GPAP/CNPq). Ela possui experiência em educação, com ênfase educação básica, atuando principalmente nos seguintes temas: formação de professores e trabalho docente.

Elisângela Andrade Moreira Cardoso é uma pesquisadora e professora brasileira vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação do Campo - CEPECH/DCIE/UESB/BA e ao Grupo de Estudos e Pesquisa Didática, Formação e Trabalho Docente (DIFORT/CNPq). Ela possui experiência em educação, atuando com temas voltados para a Educação Infantil, Formação de Professores, Prática Pedagógica, Alfabetização e Letramento, Educação de Jovens e Adultos, Avaliação, Dificuldades de Aprendizagem, Gestão Educacional, História da Educação e Estágio e Pesquisa, entre outros

Cláudio Pinto Nunes é um pesquisador e professor brasileiro líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Didática, Formação e Trabalho Docente (DIFORT/CNPq). Ele possui experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino e aprendizagem, atuando principalmente nos seguintes temas: didática, formação e trabalho docente, trabalho e educação.